

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL ABRANGENDO MÉTODOS E HABILIDADES DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Iderlânia Costa Souza¹
Robson Santos da Conceição²

GT12 - História da Educação

RESUMO

Neste artigo serão abordados dois temas intrigantes em relação a sua capacidade de confundir alguns alunos/estudantes devido a sua proximidade em termos linguísticos, mas que apesar dessa semelhança são dois temas bem distintos. Esse ambiente educacional em que o processo de aprendizagem se faz necessário que haja um aprofundamento no domínio da leitura e escrita, ampliando assim o conhecimento cognitivo que possibilitará um gigantesco avanço na área da educação. É de fundamental importância observar com cautela esse tema a fim de proporcionar de forma clara e concisa o processo de Alfabetização e Letramento, nesse contexto escolar que requer uma aplicação de forma homogênea conciliar esses dois campos de atuação de suma importância para todos os envolvidos no âmbito escolar.

Palavras – chaves: Abordagem histórica. Conceitos. Métodos. Nível de Alfabetização.

ABSTRACT

In this article, two very intriguing themes will be discussed in relation to their ability to confuse some students due to their proximity in linguistic terms, but despite this similarity they are two very different themes. This educational environment in which the learning process requires a deeper understanding of reading and writing, thus expanding cognitive knowledge that will enable a giant advance in the area of education. It is of fundamental importance to carefully observe this topic in order to provide a clear and concise process of Literacy and Literacy, in this school context that requires a homogeneous application to reconcile these two fields of activity of utmost importance for everyone involved in the school environment.

KEYWORDS: Historical approach. Concepts. Methods. Literacy Level.

¹ Mestrado – Profissional em Letras, pela Universidade Federal de Sergipe, Graduada do curso de Letras - Português, pela Universidade Federal de Sergipe, graduada do curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Diversidade Linguística, pela Faculdade São Luis de França, graduada do curso de Letras – Português/Espanhol, pela Universidade Federal de Sergipe e graduada do curso de Especialização em Direitos Infante-juvenis: Escola que Protege, pela Universidade Federal de Sergipe. Professora de Língua Portuguesa do Colégio Estadual Almirante Barroso, rede pública estadual de ensino. E-mail: iderlaniacostasouza@yahoo.com.br

² Mestrado - Profissional em Economia, pela Universidade Federal de Sergipe , Graduado do curso de Letras - Português/espanhol, pela Universidade Tiradentes, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe, graduado do curso de Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, graduado do curso de Especialização em Ensino de Língua Espanhola, pela Faculdade Pio Décimo, graduado do curso de Especialização em Direitos Infante-juvenis: Escola que Protege, pela Universidade Federal de Sergipe, graduando do 3º período do curso de – Pedagogia, pela Universidade Federal de Sergipe. Professor de Geografia do Centro de Excelência Almirante Tamandaré, rede pública estadual de ensino. E-mail: robsoncapela@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A educação no contexto da alfabetização e letramento é um tema que às vezes chega a confundir por serem assuntos parecidos, mas cada um tem as suas especificidades. O que muitas vezes parece ser uma coisa homogênea, mas na verdade é heterogênea, ou seja, é criada assim uma falsa ilusão, pois esses dois temas são distintos. Através desse estudo em que foi abordado de uma forma bem clara e objetiva, para uma melhor compreensão concisa e concreta, contribuindo assim para uma educação mais significativa fazendo uso da leitura e escrita inserida na sociedade proporcionando uma melhor aquisição do conhecimento.

Para Magda Soares (2004, p. 14) os indivíduos entram no mundo da escrita “pela aquisição do sistema convencional de escrita — a alfabetização — e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita — o letramento”. Isso ocorre simultaneamente, ou seja, com isso, fica mais evidente que a alfabetização e letramento abrangem um campo bem maior no contexto da educação no Brasil. Dessa forma, para Soares (2004):

(...) a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto dado e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (grifo da autora) (SOARES, 2004, p. 14).

Nas últimas décadas, o Brasil vem voltando o olhar para essas duas habilidades que vem a cada dia sendo objeto de estudo já que, relativamente, esse tema é “novo”. Nos últimos anos vem ganhando relevância no sentido positivo com o aprimoramento na educação brasileira, criando assim um vasto campo de possibilidades enriquecendo ainda mais a educação. Esse processo de aprendizagem do sistema alfabético chamado de alfabetização tem uma estrutura organizada fundamentada no contexto de leitura e escrita, esse estudo com suas especificidades abordam os vários conceitos e níveis de alfabetização e letramento, apontando os meios mais significativos e importantes para o ambiente escolar.

O Letramento teve sua origem no mundo acadêmico e mais tarde inserido no ambiente escolar, assim com essa habilidade chamada letramento juntamente com a tecnologia da escrita vem proporcionando práticas que somadas ao ambiente escolar promove uma maior compreensão na aprendizagem da leitura e escrita. Observando a leitura dentro do estabelecimento de ensino, fica notável os múltiplos aspectos comunicativos em que a escrita pode ser utilizada, por exemplo, nas igrejas, nas brincadeiras, no trabalho entre outros. Com uma sociedade cada vez mais letrada é imprescindível que a cada dia que passa fica mais visível a importância desse assunto, pois nem todo letrado é alfabetizado e vice e versa.

1. METODOLOGIA

No primeiro momento da realização desse Artigo Científico em que teve uma abordagem sobre a alfabetização dando ênfase em alguns aspectos importantes desse tema. Nessa fase inicial da pesquisa na qual foi dado destaque ao tema Alfabetização e seus conceitos. Mais adiante nesse estudo em que será abordado com maior riqueza de detalhe, quanto aos conceitos, aos níveis e métodos de alfabetização. Assim percorreremos um caminho o qual mostrará de forma mais clara esse assunto inclusive na educação de Jovens e Adultos, ressaltando um pouco mais sua trajetória passando pela ditadura até seu reconhecimento pela Constituição Federal.

No segundo momento desta pesquisa, será mostrado um breve relato sobre o Letramento no Brasil, o começo dessa habilidade/competência tem origem na Linguística, que depois se espalhou para outras áreas do conhecimento como a História, a Antropologia, Sociologia entre outras. Fazendo que crescesse ainda mais o interesse para estudar a diferença que existe entre Alfabetização e Letramento, apesar de serem tão próximas em relação a Linguística elas não são sinônimas, pois cada uma tem sua particularidade bem distinta na Língua Portuguesa

3. Alfabetização: um breve relato histórico sobre a alfabetização no Brasil

Na história da educação no Brasil, a alfabetização esteve sempre em pauta, isto advém do fato dela ser um dos objetos mais significativos no campo da educação. Em uma sociedade letrada como a nossa, a alfabetização não é de hoje o foco de preocupação, não somente de educadores, mas de outros setores da sociedade. Até porque o sujeito precisa fazer uso da escrita e leitura nos vários contextos em que se encontra.

No Brasil, desde o início da colonização no século XVI, a educação não foi preocupação central dos dominantes. A primeira forma de alfabetização somente inicia em 1549, com a vinda dos jesuítas, os primeiros alfabetizados foram os nativos e os filhos dos colonos. Neste primeiro momento a educação era baseada em ensinar a ler e escrever. Percebemos que as primeiras formas de alfabetização estiveram ligadas à igreja católica situação que prevaleceu por séculos.

Sobre este fato Azevedo (1976), retrata que logo com a chegada dos jesuítas, as escolas de ler e escrever, começaram a funcionar dando início as suas políticas de instrução, quando abria uma escola também ergueriam uma igreja e vice-versa, estas políticas se manteriam inalterável durantes séculos.

Entre 1822 e 1889 no Período Imperial, a educação passa a ser de responsabilidade do Estado, embora de cunho religioso, e era organizada e disponibilizada apenas para a elite. Neste momento somente alguns filhos de colonos brancos e do sexo masculino, podiam ter acesso à educação. A Constituição de 1824 assim o definiu, retirando também a evangelização do ensino (CARVALHO, 2002).

Neste assunto fica evidente, o acesso à educação no Brasil até o final do século XIX era restrito a poucos indivíduos, sendo privilégio de algumas pessoas da sociedade que possuía um certo poderio financeiro. Isto começa a mudar com o acesso ampliado das escolas e universidades. Diante disso, o ensino passou a ser organizados, estruturados, sistematizados, além de ser ensinados por professores nas respectivas instituições. (MORTATTI, 2011).

Mas foi a partir do final do século XIX, a alfabetização passa por mudança em sua metodologia no processo de ensinar a ler e escrever. A psicologia com estudos voltados para o individualismo dos seres começa a surgir, isso faz o debate sobre o caráter psicológico da criança no processo de ensino. Abre um debate na questão didática de qual melhor maneira de alfabetizar levando em nota as habilidades psicomotoras da criança.

Outro momento impactante da alfabetização no nosso país foi no período entre anos 50 e 60, os métodos de alfabetização passou para o ensino linear e progressivo, em que as representações do fonema era destacado no ensino em uma relação letra-fonema, através de cartilhas. Sendo assim, a escrita era entendida como habilidade caligráfica e ortográfica, já a leitura deveria ser aprendida simultaneamente.

Já as décadas de 70 a 80 os estudos sobre alfabetização têm o progresso mais importante, em que acontece na área da educação fundamental. De forma geral poucas contribuições, principalmente na educação pública. Nesse contexto a Constituição Federal de 1988, foi apresentada com inúmeros avanços para a educação. No atr. 205 estabeleceu que a educação, cultura e desporto é direito de todos, dever do Estado e da família. Ainda estabeleceu o papel dos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

§ 1.º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória. § 2.º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar (BRASIL, 1988, p. 61).

Mas foi nos anos 90 que a educação toma novos rumos, com a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, nela foram estabelecidas as diretrizes e bases para a educação nacional. A partir dela cria-se em 1997 o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001 a 2010) e os Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCNs). Estes são criados com o objetivo de orientar uma proposta curricular flexível voltada para as realidades locais e regionais.

Neste período surge o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), ditando os investimentos sobre os fundos de recursos federais, estaduais e municipais para a educação pública. Já em 2001, surge o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com objetivo de maior equidade e controle nas distribuições das verbas para educação.

Diante das mudanças históricas da alfabetização no Brasil, os Planos Nacionais de Educação foram uma maneira de avançar as políticas públicas para educação, de certa forma foram um meio de corrigir erros e desigualdades em relação à alfabetização no país ao longo últimos séculos. O Plano Nacional de Educação (2001-2010) foi um dos mais importantes, pois suas metas impulsionaram certo avanço na educação brasileira, porém muitos de seus objetivos não alcançaram resultados ou nem foram colocados em práticas, especialmente em relação aos investimentos na educação e a qualificação de professores ficaram pela metade.

Nos dias atuais prevalece o Plano Nacional de Educação para o Brasil, aprovado pelo Congresso em junho de 2014 com duração até 2022, estabeleceu que o país deveria adotar um currículo comum (Base Nacional Comum Curricular), a ser preparado pelo Ministério da Educação em consulta com estados, municípios e outros setores da economia a comunidade educativa. O trabalho começou em 2015, passou por diversas reformulações antes de o Ministério finalmente, no final de 2017, submetê-lo à revisão e aprovação pelo Conselho Nacional de Educação, que o aprovou em 15 de dezembro de 2017. Este documento refere-se apenas ao ensino fundamental para as idades de 6 a 14 anos; outro documento que cobre o ensino médio, para as idades de 15 a 17 anos, ainda está em andamento.

3.1 CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

Os conceitos na área de educação são produzidos a partir dos novos rumos que se dão os acontecimentos e transformações no entorno dela. Sabemos que não existe conceito acabado, mas são construídos à medida que as relações sofrem mudanças. O conceito de alfabetismo é um exemplo, as reformulações constantes nesta concepção acontecem de forma intensa na sociedade, produzindo novas formas de pensá-la e realizá-la. Todavia, os conceitos são parte de um processo histórico e na medida estes processos evoluem refletem determinado

momento e contexto social, expressado as concepções no seu interior e entorno do seu histórico-social.

Para Mortatti (2019) alfabetizar significa aprender a ler e produzir textos, não como mero instrumento a ser usado no futuro, mas entendendo a escrita como unidade de sentido e o objeto do ensino e aprendizagem da língua. Dessa maneira, a escrita assumiu o significado prático de uso na vida do alfabetizante.

Em consonância com essa autora Oliveira (2004) diz que a alfabetizar é simplesmente no sentido mais resumido ensinar ler e escrever. No entanto, ele afirma que existem controvérsias em relação a isso, o conceito de alfabetizar vai mais além de ensinar e aprender. Para melhor explicar seu entendimento Oliveira apresenta quatro conceitos sobre alfabetismo:

a) Conceito estrito: alfabetização como mera decodificação - Neste conceito alfabetizar simplesmente significa ensinar o aluno a decifrar o código alfabético. Dessa maneira, o conceito estrito de alfabetizar envolve as capacidades de decodificar uma palavra escrita em som, e de codificar um som em uma palavra escrita. Percebemos mesmo neste conceito estrito, alfabetizar implica escrever de forma correta, ou seja, aplicar em escrever o código alfabético corretamente. Afinal, alfabetizar significa ensinar o alfabeto, dar ferramentas ao aluno e elementos necessários para ele descobrir como funciona esse código, por exemplo, como decodificar fonemas em grafemas. Um leitor autônomo é formado quando ele é capaz de decodificar e ler corretamente qualquer palavra.

b) Conceito equivocado: ler e compreender? - No Brasil predomina a ideia que ler é sinônimo de compreender. Ainda de que ler é sinônimo de aprender, isto é um equívoco. Por exemplo, existem pessoas adultas e crianças que não sabem ler, mas sabem compreender. Então, para compreender não se faz necessário saber ler. Outro exemplo comum é que muitas vezes você ler um texto e não compreende, por ser muito técnico, ou seja, você consegue ler mais nem sempre compreende. O equívoco justamente reside na confusão entre o objeto de ler, que é compreender, e o processo de aprender a ler, que envolve a decodificação.

c) - Conceito amplo: alfabetização como letramento - O conceito amplo de alfabetização é na verdade vários conceitos juntos e não têm limites nestas definições. Este tipo de conceito é bom para um debate, pois provoca discussões, embora para um professor em sala de aula que precisa alfabetizar os alunos tem pouca serventia. Alguns pontos são relevantes neste conceito, primeiro o processo de alfabetizar vai mais do que decodificar, ler é

compreender como funciona o mundo. Segundo o processo de alfabetizar apresenta um caráter funcional, uma vez que se resume na suficiência de ler e escrever.

3.2- ALGUNS NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO UTILIZADO NO BRASIL

Ao longo dos anos, a concepção de analfabetismo passou por alterações. Por exemplo, uma pessoa no início do século XX era considerada alfabetizada se soubesse assinar seu próprio nome. Já na metade do século XX, o conceito de alfabetização passa por mudança devido a formulação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em que é considerado alfabetizado quem a sabia ler e escrever um bilhete simples. Isso ocorreu porque as demandas sociais mudaram. Atualmente, este critério não é o suficiente para ser considerado alfabetizado. É percebido que esta definição apresentada pela UNESCO não consegue explicar e abranger atualmente a definição de analfabetismo em suas mais variadas formas.

Na década de 1990, o conceito de analfabeto passa por uma reformulação, surgiram os chamados de analfabetos funcionais, pessoas que frequentam a escola, porém não conseguem ler e escrever o mínimo necessário para utilizar no cotidiano. O Indicador de Alfabetismo Funcional -INAF (2018), classifica a alfabetização em cinco níveis expostos a seguir:

a) Analfabeto - São aqueles indivíduos que não conseguem realizar a ação de a leitura de palavras e frases, mesmo que consigam ler número de telefone entre outras coisas, mas desconhecem as formas de escrita da língua;

b) Alfabetizado em Nível Rudimentar - Neste nível, o indivíduo tem a capacidade de ler pequenos bilhetes e cartas, ainda consegue escrever números e fazer operações simples com dinheiro como pagamento;

c) Alfabetizado em Nível Básico ou Elementar - Neste nível, os sujeitos são considerados funcionalmente alfabetizados. São pessoas que já leem textos com média extensão e compreende, conseguem localizar informações disponíveis no texto mesmo que não sejam tão expostas estas informações, resolvem problemas simples envolvendo as quatro operações matemáticas, soma, dividir, multiplicar e subtrair e têm noção de proporcionalidade. No entanto, existem limitações quando estes requisitos necessitam de maior complexidade para realizá-lo;

d) Alfabetizado em Nível Intermediário - Neste nível os sujeitos são os sujeitos capazes de localizar informação expressa de forma literal em textos diversos (jornalístico e/ou científico) realizando pequenas inferências. Ele também está apto a resolver problemas

matemáticos envolvendo porcentagem e proporção, que exigem critérios de seleção, elaboração e controle;

e) Alfabetizado em Nível Pleno – Neste nível o texto lido é interpretado, as ideias dele que são organizadas, selecionadas e relacionadas, consegue distinguir os fatos de opinião comparando com as informações exposta no texto e as que não estão no texto fazendo inferências. Nas operações matemática, resolvem problemas que requer planejamento e controle das informações como cálculo com percentuais e proporções, também interpreta tabelas, mapas e gráficos.

3.3 – ALGUNS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Para melhor esclarecer processo de políticas públicas para alfabetização, discutiremos tendências históricas dos principais métodos aplicado no Brasil, bem como os métodos de desenvolvimento recentemente abordado sobre alfabetização. A busca pelo método mais rápido e eficaz na aprendizagem da leitura e escrita está faz muito tempo presente na alfabetização na história da humanidade. Esses métodos de alfabetização nascem da necessidade de acelerar o processo de ensino- aprendizagem.

É importante dizer diante do que vimos até agora que alfabetizar não é somente aprender a ler e escrever usando um método, este é sim um facilitador no ensino dessas práticas, porém alfabetizar é muito mais que isso, é fazer com que o aluno conscientemente aprenda e se aproprie da leitura e escrita. Tradicionalmente existem dois tipos principais, os métodos de alfabetização: métodos sintéticos e métodos analíticos. A diferença entre eles é substancial o suficiente para afetar os ganhos de alfabetização em bases psicológicas da aprendizagem. Segundo Maria do Rosário Mortatti (2019) existe seis tipos de métodos de alfabetização:

a) Métodos Sintéticos - Os métodos sintéticos são abordagem mais amplamente utilizada, está associada ao ensino da leitura, em que os fonemas (sons) associados a grafemas específicos (letras) são pronunciados isoladamente e misturados (sintetizados). Esta tendência é composta por método alfabético, que tem como foco a unidade letra; o método fônico, aqui a unidade é o fonema; o método silábico, que toma como unidade a sílaba. Os métodos sintéticos é um conjunto de métodos, em que é feito uma análise do sistema de escrita, através do distanciamento na situação de uso e significado da palavra. O diagrama a seguir mostra que a abordagem dos Métodos Sintéticos de alfabetização, a aquisição da leitura e escrita baseadas em habilidades e, portanto, não é uma abordagem sistemática.

b) Método Alfabético - O método alfabético é o mais antigo entre os sintéticos. Ele consiste em juntar as letras para formar sílaba para dar origem à palavra. Para isso, os alunos devem decorar as letras do alfabeto. Os alunos a, pois decorar as letras formariam as sílabas ou outros segmentos das palavras, partindo dessa junção viriam a transformar em palavras que constroem os textos. Como mostra o exemplo a seguir.

Exemplo: c + a = ca / s + a = sa / ca + sa = casa.

A vantagem do método alfabético era que o próprio nome das letras do alfabeto já remetia os fonemas que cada letra representa na escrita. Mas, quando fazia a leitura das palavras, mediante a junção da pronúncia do nome da letra, ficava complicado. porque tinha que pronunciar primeiro o nome da letra, porém tentar também abstrair os outros sons que existente em seu nome. Até porque quando se pronuncia o nome da letra, ocorre que surgem sons que não são parte nem da sílaba ou nem da palavra. Vamos imaginar uma palavra soletrada assim: cê-a-ca, nê-e-ne, lê-a-la= canela.o nível da abstração seria enorme para um aluno que está aprendendo a ler. as Cartas de ABC e os silabários são exemplos desses materiais.

c) - Método Silábico - No método silábico a unidade a ser analisada é a sílaba, partindo das partes para o todo. A ideia é sair das sílabas mais simples a mais complexas. Destacando a palavras chaves, aproximado em família silábica. O exemplo que ilustra bem esse método de aprendizagem, foram às cartilhas, como mostra o exemplo a seguir.

Estas são recompostas para formar novas palavras. Este método permite a formação de novas palavras a partir das sílabas já expostas também formem pequenas frases e textos. Mas esta complexidade do mais fácil ou simples para o mais complexo é feita do ponto de vista do adulto, fiando difícil a conceituação precisa. Em resumo, o método prioriza somente análise fonológica da decodificação, os textos não são dados importância ao seu sentido nem ao uso social da escrita.

d) - Métodos Analíticos - Os métodos analíticos estão associados com o ensino da leitura em que os fonemas associados a determinados grafemas, não são pronunciados isoladamente, procuram assim romper com o princípio da decifração. Os métodos analíticos são: global de contos, natural, sentencição e palavração. O diagrama abaixo mostra bem essa divisão. Esses métodos entendem que a linguagem escrita tem suas percepções global e inteira dos fenômenos e da própria língua. Para fazer isso, toma por unidade de análise à palavra, a frase e o texto. O método analítico é mais contextual e, portanto, o debate continua.

e) - Método Palavração - O método dar ênfase na palavra, esta é apresentada e depois é decomposta em sílabas. Aqui as palavras são decompostas no início do processo, no

método silábico não ocorria obrigatoriamente no início do processo, isto faz a diferença entre os dois processos. Nem tão pouco segue a lógica da mais simples para mais complexo. Um exemplo desse método são cartões, compostos de palavras de um lado e gravuras de outro. A desvantagem principal de esse método está em quando os exemplos limitam apenas visualização, sem análise e o reconhecimento de palavras novas.

f) - Método Global de contos - Nesse método, a unidade inicial para aprendizagem é o texto, trabalha-se contos e histórias. Uma das características é que os textos são compostos por várias unidades de leitura com começo, meio e fim. O texto tem uma linguagem que se aproxima do uso efetivo, pois está ligado na forma e significado, as crianças começam a ler textos ou sentenças desde os princípios do processo. O foco é a memorização global, para ter vantagem na leitura, possibilitando ler com rapidez o texto com palavras já conhecidas. Já a desvantagem que se a criança não conseguir decodificar as palavras novas, e somente estiver recitando as palavras do texto que decorou.

Em síntese, alfabetização é o processo de aprendizagem do sistema alfabético e de suas convenções, ou seja, a aprendizagem de um sistema notacional que representa, por grafemas, os fonemas da fala. Diante do exposto, percebe-se que a Educação no Brasil, vem passando por grandes mudanças. Tendo em vista que o seu processo de estrutura, organização e funcionamento vem se aprimorando com relação ao alfabetismo. Isto ocorre uma vez que a abrangência na sua ampliação, para isso foram pautadas novas leis, além de programas de formação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação.

4. LETRAMENTO: UM NOVO CONCEITO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil entre o final da década de 1980 e início da década 1990, vários estudos e variedades de pesquisa ocorreram na área de Linguística Aplicada sobre o letramento. Atualmente este campo de pesquisa ampliou-se para outras áreas como Antropologia, Sociologia, História e Educação. Os pesquisadores notaram que por mais que as pessoas saibam ler e escrever, mas não sabiam utilizar estas habilidades nas suas comunicações sociais.

No Brasil o termo letramento foi usado pela primeira vez em 1986 por Mary Kato, na sua obra “**No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**” - Essa obra é dividida em quatro capítulos, os quais apresentam as diversas formas de uso da leitura e escrita e suas diferenças. Aborda a História e o desenvolvimento da escrita com foco na escrita infantil, partindo a discursão da aquisição da linguagem.

Soares (2004), retratando a origem etimológica da palavra letramento diz que ela vem da palavra inglesa “literacy”. Esta por sua vez vem do latim littera (letra), quando acrescenta o sufixo “cy” que denota qualidade, condição. Literacy é uma condição de ser literate, ou seja, a capacidade de ler e escrever. Podemos dizer que é o estado ou condição daqueles que aprenderam a ler e escrever. Entretanto, o significado de letramento é muito mais amplo, perpassa em apenas saber ler ou escrever, pressupõe saber fazer uso social da leitura e escrita de forma que contribua na capacidade de resolver e superar problemas sociais e particulares de seu cotidiano.

Aprofundando mais sobre o assunto Carvalho e Mendonça (2006) define o letramento como:

Um processo complexo, que quase sempre é visto como associado à alfabetização. Contudo, existem letramento da natureza variada, inclusive, sem a presença da alfabetização. Trata-se de um termo que é conceituado de modo diferente por autores que estudam o fenômeno; mas, em suma, pode-se dizer que o letramento é um processo histórico-social. (CARVALHO E MENDONÇA, 2006, p. 10).

O conceito de letramento é novo no campo da educação, inclusive a formulação do seu conceito, atualmente ela está se expandindo nas áreas de conhecimentos nos diversos países do mundo. À medida que as novas teorias sobre o letramento vão se aperfeiçoando, mas abrangentes ficam suas definições e aplicabilidades. Ela também incluir habilidades de acesso ao conhecimento por meio da capacidade de avaliar contextos complexos que o processo de alfabetização se limita, pois, o letramento vai além de compreender e interpretar um texto, ele tem a capacidade de colocar o sujeito como ativo em suas ações e analítico dos fatos que acontecem a sua volta.

4.1- LETRAMENTO E O PAPEL DO EDUCADOR

O conceito de letramento é de origem acadêmica e aos poucos foi sendo infiltrado no discurso escolar, bem contrário do que a priori o novo termo pretendia, desvincular os estudos da língua escrita dos usos escolares, com a finalidade de marcar o caráter ideológico de todo uso da língua escrita, distinguindo assim, as múltiplas práticas de letramento da alfabetização, a qual era tida como única, no entanto, é mais uma das práticas de letramento existentes na nossa sociedade. Nesse sentido, os estudos do letramento têm como objetivo de conhecimento os aspectos e os impactos sociais da língua escrita, segundo Kleiman (1995).

Os crescentes estudos sobre letramentos versus alfabetização e sua oposição ao conceito de alfabetização como aquisição da tecnologia da escrita, possivelmente teve como

consequência a priorização do trabalho com a leitura em detrimento da escrita. O que, além dos altos custos, pode ter influenciado e justificado a não averiguação da competência da escrita em avaliações de grande escala, em sua maioria. E, por conseguinte, tal tendência tem reflexo na escola, que passa a priorizar o trabalho com a leitura e desprestigia a produção escrita.

Segundo Freire (1982), a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, escrever, alfabetizar-se é, inicialmente, aprender a ler o mundo, compreender seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade.

Na comparação da leitura e escrita dentro e fora do contexto escolar, notamos que os propósitos dessas ações são demarcados pela situação comunicativa em que eventos de letramento estão situados. Sendo assim, desde a alfabetização, vários textos escolares, como cartazes, resumos, relatos pessoais ou escrita dos textos dissertativos-argumentativos só fazem sentido no espaço escolar e, ao mesmo tempo, realizam usos e funções sociais da escrita e da leitura. Como afirma Castanheira (2014) que a “subordinação excessiva do uso dos textos à lógica escolar artificializa tais usos e legitima certas práticas de escrita em detrimento de outras”. Fora da escola, tais aspectos serão múltiplos, dada a grande variedade de situações comunicativas em que a escrita é utilizada, por exemplo, na igreja, em brincadeiras ou no trabalho.

Soares (2008) afirma que o letramento não é só responsabilidade do professor de Língua Portuguesa, mas de todos os docentes que trabalham com leitura e escrita, uma vez que cada área do conhecimento tem suas especificidades, que somente os professores que nela atuam é que conhecem e dominam. É primordial que os docentes ampliem a visão sobre o conceito e a importância do tema, inserindo os alunos em práticas sociais que levam ao letramento como, por exemplo: a dança, a música, a pintura, dentre outros, isso possibilita a criação do sentimento de cidadania, pois o indivíduo conhece ou mesmo passa a ter acesso a diferentes formas de aprendizagem e conhecimentos socioculturais.

5. DISCURSÕES E RESULTADOS

A pesquisa desse trabalho deu-se por vários caminhos de estudos os quais foram de fundamental importância para assim poder salientar a diferença entre os dois termos: **Alfabetização e Letramento**, demonstrando a relevante e importância desses termos habilidade/competência, ao mesmo tempo em que para ser considerado letrado não é necessário

que um indivíduo tenha frequentado a escola ou que saiba ler e escrever basta somente que o mesmo exercite seu conhecimento de leitura de mundo no seu cotidiano.

Neste ponto de vista, então podem existir pessoas que têm escolarização, são alfabetizados, mas possui um nível de letramento muito baixo, isto é, mesmo sabendo ler e escrever não consegue usar essas práticas adequadamente no seu dia-a-dia. Por outro lado, pode existir pessoas que não sabe ler e escrever, embora possua um grau de letramento elevado. Aqui abrimos uma ressalva que em uma sociedade é muito difícil existirem sujeitos sem nenhum grau de letramento, até porque o letramento está vinculado as necessidades da sociedade e exigências no meio social. Soares (2001) fez a diferença entre os dois termos afirmando que:

[...] Alfabetizar é ensinar a ler e a escrever, é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever. [...] Alfabetização é a ação de alfabetizar.

[...] Letramento é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais (SOARES, 2001, p. 31-39).

Segundo Soares (2010), a dimensão individual de letramento refere-se a simples posse que indivíduo tem das tecnologias mentais de ler e escrever, ou seja, uma propriedade pessoal. Já a relação a dimensão social do letramento está composta por um conjunto de atividades sociais que é composta por a língua escrita e as exigências sociais de seu uso, pode-se dizer, que o letramento é concebido como um fenômeno social.

Kleiman (1995) faz um comentário porque o letramento vai além do ler e escrever, é interação do indivíduo com os diferentes tipos de textos que circulam na sociedade, ou seja, o indivíduo pode não ser alfabetizado, porém, ser letrado à medida que o mesmo consiga (interagir) compreender e interpretar as informações a sua volta. É importante frisar ainda que, cabe a escola levar seus alunos a serem letrados e não somente estarem restritos a saber ler e escrever as palavras. A escola deve levar aos alunos práticas de leitura e escrita que sejam significativas para o alunado e que estejam imersas nas demandas sociais.

Portanto, questiona a superioridade das sociedades letradas em detrimento das sociedades não-letradas, ou seja, questiona a ideia de que o nível de desenvolvimento cognitivo é maior entre os escolarizados do que daqueles que não possuem escolaridade. Propõe-se que tais pressupostos sejam colocados de lado para dar lugar a um modelo que permita a identificação de conexões entre o desenvolvimento cognitivo e as atividades desenvolvidas por sujeitos inseridos em seus respectivos contextos históricos e culturais.

6. CONCLUSÕES

Neste trabalho de conclusão de curso foi realizado um estudo abrangente sobre Alfabetização e Letramento, o qual possibilitou alguns esclarecimentos acerca desta habilidade/competência em que vem ganhando cada vez mais destaque no ambiente escolar. Este tema é muito envolvente/instigante, pois percorre por vários níveis da educação, ou seja, desde as séries iniciais na educação básica até o ensino superior.

Com a realização dessa pesquisa ficou mais evidente a importância na comparação entre leitura e escrita dentro e fora do contexto escolar, pois a leitura da palavra é sempre precedida da leitura de mundo, já que podem existir pessoas que têm escolarização e possuem um nível muito baixo de letramento. Durante algum tempo no Brasil o analfabetismo passou por algumas alterações e, nos anos de 1980 e 1990, o conceito de analfabetismo ganha uma nova nomenclatura de “analfabetismo funcional”.

Percebemos claramente que para o letramento e a alfabetização terem uma eficácia e eficiência com maior resultado na escola, faz-se necessário que ambas sejam trabalhadas juntas garantindo assim uma maior absorção e compreensão do conteúdo ministrado em sala de aula, desenvolvendo estratégias que possibilite o uso prático em situação de resolver problemas no cotidiano. No mundo de hoje, em que vivenciamos diversas áreas do conhecimento quase que simultaneamente o indivíduo/aluno não precisa saber tudo sobre alfabetização e letramento, mas deve saber as coisas básicas e como elas funcionam.

Sabemos o quanto é difícil para o educar/professor trabalhar esses temas (alfabetização e letramento) abordados até aqui, devido a precariedade do aluno em dominar o sistema alfabético dificultando assim o papel do professor na aprendizagem do aluno, podendo impactar de forma tanto positivamente quanto negativamente, o que proporcionará um maior engajamento significativo ou não ao discente. Por isso faz-se necessárias políticas públicas sérias voltadas para esse tema de grande importância para a educação, onde foram desenvolvidos vários métodos e níveis de alfabetização os quais foram utilizados proporcionando altas expectativas sendo cuidadosamente elaboradas para um ambiente social de baixo risco de evasão escolar e garantindo assim maior êxito e sucesso do aluno na educação.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf): estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho**. São Paulo: Ação Educativa; IPM, 2018. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais_2018_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf. Acesso em: 01 de abr de 2024.

AZEVEDO, F. de. **A transmissão da cultura**. Parte 3 da 5 ed. da obra. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 2007.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de, MENDONÇA, Rosa Helena, (orgs.). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia. **Letramento escolar**. In: Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Editora Autores associados/Cortez, 1982.

KLEIMAN, Ângela B. (org), **os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, Mercado das Letras, 1995.

OLIVEIRA, João, Batista, Araújo. **ABC do Alfabetizador**. Brasília: Instituto Alfa e Beta, 2004.

MORTATTI, M. R. L. (Org.). **Alfabetização do Brasil: uma história de sua história**. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 2011.

MORTATTI, Maria do Rosario. **Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa** / Maria do Rosario Mortatti. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. In: Revista Brasileira de Educação, número 25, Jan/Fev/Mar/ Abr 2004.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.